

Análise político-institucional da EBC no primeiro ano do governo¹

Flávia Fernanda de Sousa Silva²

Gisele Pimenta de Oliveira³

Universidade de Brasília - UNB

Resumo

O artigo analisa a situação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no primeiro ano do governo Lula, à luz da missão da radiodifusão pública de informar, educar e entreter com independência e qualidade. A partir da perspectiva da Economia Política da Comunicação (EPC), o estudo investiga como a lógica mercadológica e a dependência governamental afetam a atuação da EBC, mesmo em um contexto de retomada do debate sobre democratização da comunicação. Apesar de sinais positivos, como a nova identidade visual e a separação entre o Canal Gov e a TV Brasil, as ações ainda são tímidas diante dos desafios estruturais, especialmente quanto à autonomia institucional e à influência político-partidária sobre cargos estratégicos.

Palavras-chave

Comunicação Pública; Radiodifusão Pública; EBC; Políticas de Comunicação; Empresa Brasil de Comunicação

1.Introdução

Este artigo visa analisar o ambiente político-institucional da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) em 2023, o primeiro ano do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo é compreender como, nesse período, as ações administrativas e governamentais relacionadas à empresa se posicionam em relação à missão do serviço público de radiodifusão de informar, entreter e educar com autonomia, independência e qualidade (Unesco, 2006). O ponto central é avaliar se esse “novo” ambiente para a comunicação pública sugere o fortalecimento dos princípios deste setor ou reforça os já conhecidos desafios deste campo, como ingerência política e valorização da comunicação de governo.

Para isso, utiliza-se o referencial teórico-metodológico da Economia Política da Comunicação (EPC) que, sob a perspectiva dialética e crítica, observa como a lógica mercadológica que rege o cenário da radiodifusão no Brasil desenha e impacta a posição marginal das rádios e TVs públicas no país (Bolaños, 2004; Brittos, 2022). A perspectiva

¹ Trabalho apresentado **IJ03 – Relações Públicas e Comunicação Organizacional**, da Intercom Júnior – 21ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduada em Comunicação Organizacional, em abril de 2025, pela Universidade de Brasília – UnB, e-mail: sflaviafernanda2@gmail.com

³ Orientadora do trabalho e professora do Curso de Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília – UnB, e-mail: giselepimentaoliveira@gmail.com

coloca em primeiro plano as questões estruturais do setor, bem como suas contradições e conflitos, correlacionando instituições e sujeitos aos contextos econômicos, políticos, sociais, culturais e históricos que eles vivem. Além disso, o estudo fez uma revisão de literatura das publicações mais recentes sobre a comunicação pública na EBC, resgatando o retrospecto conjuntural do ambiente político-institucional da empresa.

A literatura de referência dos estudos sobre as políticas de comunicação (Unesco, 2006; Becerra; Waisbord, 2015) preconiza que os veículos públicos de rádio e televisão têm que atuar sob a égide da autonomia, independência, diversidade, pluralidade, diferenciação e qualidade. Todavia, no Brasil, esse campo é marcado tanto pela desvalorização do papel do Estado na garantia da comunicação pública como um direito humano como pelas tensões e crises de natureza política, institucional e financeira (Pinheiro, 2019) que afetam a legitimidade e a credibilidade dessas emissoras (Carvalho, 2019; Oliveira, 2021).

Após a redemocratização do país, demorou-se duas décadas para que fosse criada a primeira lei federal que regulamentou a prestação do serviço público de radiodifusão pelo Poder Executivo e suas entidades de sua administração indireta, as chamadas emissoras públicas. De lá para cá, a EBC – principal expoente desse modelo –, passou por ciclos de continuidades e descontinuidades. Todavia, o cenário foi agravado com a ascensão recente de governos que flertaram com o autoritarismo, ameaçando os princípios democráticos em várias esferas políticas e institucionais, colocando a comunicação pública, em particular, como alvo de desinvestimento e sucateamento. O ápice do chamado desmonte do setor, representado pela EBC, foi o ingresso da Empresa no Programa Nacional de Desestatização (PND), ou seja, um projeto para privatizar a empresa. Com o retorno do governo Lula ao poder, movimentos em defesa da democratização da comunicação viram nova oportunidade para o resgate do investimento neste campo. Neste estudo, mapeia-se se essa intenção foi corroborada por políticas públicas e/ou ações institucionais concretas.

2. EBC: um ciclo de (des)continuidades

A ideia da criação de uma televisão de abrangência nacional voltada para a comunicação pública foi fortemente defendida durante o I Fórum Nacional de TVs Públicas, em maio de 2007, em Brasília. O evento envolveu amplos setores da sociedade civil, incluindo acadêmicos, comunicadores, cineastas, jornalistas, representantes de movimentos sociais, dirigentes de emissoras de rádio e televisão não-comerciais, assim como grupos e entidades dedicados a refletir sobre a comunicação.

A proposta básica a favor da criação de uma televisão pública foi formulada na Carta de Brasília⁴, que recomendava o arranjo de uma instituição pública inclusiva, plural e cidadã capaz de unificar e gerenciar as emissoras federais já existentes. (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2024). Com base nas diretrizes estabelecidas da carta e após intensas negociações políticas e acalorados debates acerca do tema, a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi autorizada pela Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007 e criada por meio do Decreto nº 6.246, de 24 de outubro de 2007, iniciando suas operações em 25 de outubro de 2007. A MP estabeleceu, pela primeira vez na esfera federal, os princípios e objetivos da radiodifusão pública⁵.

⁴ Conheça a Carta de Brasília: [https://intervozes.org.br/forum-aprova-carta-de-brasilia/](https://intervozes.org.br/forum-aprova-carta-de-brasil/)

⁵ A MP foi convertida na Lei Nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Ela institui “os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta”; “autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação –

O rádio e a televisão públicos devem, dessa forma, permitir que o cidadão seja ator social de pleno direito, participante da vida social a qual pertence. São veículos de informação, educação e desenvolvimento cultural, acessíveis e dirigidos a todos. Devem ser independentes de pressões partidárias e estatais, precisam ter seus recursos financeiros garantidos e têm de se adaptar aos avanços tecnológicos. A missão desses meios seria informar, educar e divertir de tal forma que consigam se diferenciar dos modelos privados e estatais. (Oliveira; 2019, p. 4)

Em um país no qual é hegemônico o modelo de exploração comercial das concessões de rádio e TV, são muitos os desafios para a criação de um sistema de comunicação financiado pelo Estado e voltado para o cidadão, e não para a obtenção de lucro. Por outro lado, a não garantia de uma fonte de financiamento público que independa do governo de momento compromete a autonomia dessas emissoras, que historicamente foram instrumentalizadas para usos políticos e partidários. O paradoxo, portanto, reside na necessidade de fortalecer os canais públicos como instrumentos da cidadania e da democracia, garantindo que eles estejam livres de pressões econômicas e políticas.

Apesar da histórica descredibilização da existência desse sistema público, pesquisadores do campo reconhecem que a criação da EBC e da TV Brasil, o canal símbolo da empresa, foi uma conquista importante para a democratização das comunicações e para a pluralidade informativa, pois “se constituiu em uma alternativa concreta para a prática de um jornalismo orientado de forma efetiva pela observância do interesse público e caracterizado pelo exercício dos direitos à informação e comunicação por telespectadores”. (COUTINHO, 2013 *apud* ALMEIDA; COUTINHO, 2017, p. 3).

Parte do compromisso do segundo mandato do governo Lula com o I Fórum Nacional de TVs Públicas e, posteriormente, com a Conferência Nacional de Comunicações⁶, o primeiro quadriênio da EBC foi marcado por lançamentos significativos. A estreia da TV Brasil, a expansão da TV digital para 25 estados, e a realização de acordos com canais de assinatura para garantir que a TV pública chegasse a todos os brasileiros. Além disso, foram adquiridos equipamentos e ferramentas de ponta para assegurar a qualidade das transmissões. A inauguração da nova sede em Brasília também foi uma realização importante, assim como a cobertura abrangente da eleição de 2010. A programação diversificada e inclusiva oferecida pela EBC refletiu o compromisso da empresa com a pluralidade e a acessibilidade. Apesar das ressalvas em relação à independência orçamentária e administrativa da empresa, bem como sua vinculação ao Palácio do Planalto, pode-se afirmar que o período foi de ascensão da comunicação pública no país.

Nos anos seguintes, durante o mandato de Dilma Rousseff (2011-2016), os investimentos no projeto de comunicação pública materializado pela Empresa Brasil de Comunicação perdem força em paralelo ao aumento da interferência do Palácio do Planalto nas decisões editoriais dos veículos da EBC à medida em que se acentuava o cenário político-institucional que antecedeu o impeachment da então presidenta. O que se vê, então, nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, é um deliberado projeto de

EBC” e “altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966”, sobre o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

⁶ Conheça as recomendações da Confecom: <https://intervozes.org.br/publicacoes/confecom-10-anos-depois/>.

desmonte da EBC. Com a Medida Provisória (MP) 744/2016, a estrutura da empresa foi alterada e a instância de participação social (Conselho Curador) foi extinta (Carvalho; Oliveira, 2021). Além disso, cresceu o número de denúncias de casos de censura exercida por dirigentes (Pinheiro; Paulino; Nicoletti, 2021) e houve a unificação da programação da TV Brasil e da TV NBR, que fazia comunicação do governo (Bezerra; Pinheiro, 2020), sem contar a inclusão da EBC no plano⁷ do governo Bolsonaro que previa a privatização de empresas públicas.

Após esses anos de desmonte nas estruturas de comunicação pública representadas pela EBC, o retorno de Lula à presidência reacendeu a esperança considerando as promessas feitas, será que, em um ano de mandato foram implementadas medidas concretas nesse sentido?

3. Análise e resultados: a EBC no primeiro ano do governo Lula

Pouco depois de vencer as eleições de 2022, o presidente Lula concedeu uma entrevista à coluna *Na Telinha*⁸ e afirmou que transformaria a TV Brasil, tirando o caráter de “emissora do governo” para moldá-la à semelhança da BBC⁹. Ele também destacou a necessidade de criar políticas públicas que assegurassem a autonomia da TV Brasil, de modo que nenhum governo futuro pudesse desestruturá-la.

Antes disso, o Partido dos Trabalhadores (PT) havia elaborado um documento para o movimento *Vamos Juntos pelo Brasil*, que serviu como ponto de partida para a formulação do *Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil*. No documento, o partido ressalta: “Nosso horizonte é a criação de um projeto justo, solidário, sustentável, soberano e criativo para um Brasil de todos os brasileiros e brasileiras”.

Entre os 121 compromissos apresentados no documento para a reconstrução do país, três deles tratam sobre comunicação. Embora o documento aborde questões importantes de comunicação, ele não menciona diretamente a comunicação pública, o que pode levar à inferência de que há o discurso e a prática da defesa deste campo são coisas distintas.

118 - O direito de acesso à informação e aos meios de comunicação é essencial numa sociedade democrática, orientada pelos direitos humanos e para a soberania. A liberdade de expressão não pode ser um privilégio de alguns setores, mas um direito de todos, dentro dos marcos legais previstos na Constituição, que até hoje não foram regulamentados. Esse tema demanda um amplo debate no Legislativo, garantindo a regulamentação dos mecanismos protetores da pluralidade, da diversidade, com a defesa da democratização do acesso aos meios de comunicação.

119 - É preciso, ainda, fortalecer a legislação, dando mais instrumentos ao Sistema de Justiça para atuação junto às plataformas digitais no sentido de garantir a neutralidade da rede, a pluralidade, a proteção de dados e coibir a propagação de mentiras e mensagens antidemocráticas ou de ódio. Paralelamente, é dever do Estado universalizar o acesso à

⁷ Conferir em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/03/plano-nacional-de-desestatizacao-inclui-eletronica-correios-e-ebc>.

⁸ Fonte: <https://natelinha.uol.com.br/eleicoes-2022-na-tv/2022/11/01/lula-quer-transformar-tv-brasil-na-bbc-brasileira-e-cogita-nomes-189375.php>.

⁹ British Broadcasting Corporation (BBC) é uma corporação pública de rádio e televisão do Reino Unido, fundada em 1922, e exemplo do modelo público de radiodifusão no mundo.

internet de qualidade, garantindo a democratização de seu uso por toda a população, especialmente na rede pública de educação básica.

120 - Atuaremos para que o Brasil volte a ser considerado um país no qual o livre exercício da atividade profissional do jornalismo seja considerado seguro, onde a violência contra jornalistas, meios de comunicação, comunicadores e todos os profissionais de imprensa sejam coibidas e punidas. A democracia clama pela mais ampla liberdade de imprensa.

A pesquisa observou que a radiodifusão pública no Brasil, representada pela EBC, ainda segue as regras de um sistema que, de um lado, privilegia a radiodifusão comercial e, de outro, não consegue abandonar a forte dependência governamental. Apesar desse não ser um olhar novo nos estudos da EPC, ele continua tendo extrema importância. Pode-se afirmar que, no primeiro ano deste mandato do presidente Lula, existe um olhar mais cuidadoso do que nos governos anteriores em relação ao fortalecimento da comunicação pública. No entanto, as ações e políticas adotadas ainda são pouco significativas para construir novos rumos para a principal representante do braço público do serviço de radiodifusão.

É o caso da presidência da empresa, que segue vinculada ao governo, com a permanência do gestor máximo neste cargo muito atrelada à conjuntura política do momento. Lula inicia as mudanças exonerando Glen Valente de seu cargo. A jornalista Kariane Costa Silva de Oliveira assume interinamente a função, em 16 de janeiro. Kariane é formada em jornalismo e trabalha na EBC desde 2012, tendo atuado como jornalista na Ouvidoria, repórter de radiojornalismo e coberto eventos de grande relevância, como as Eleições de 2014, 2016 e 2018. De acordo com a EBC, Kariane ficou responsável pela transição para nova gestão, a ser implementada nos próximos meses, com o desafio de restaurar o caráter público, democrático e plural da EBC, criada para dar cumprimento à Constituição Federal, cujo Artigo 223º prevê a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal de comunicação.

Durante a gestão de Kariane Costa, a empresa retomou sua missão pública e o diálogo com os trabalhadores. O Comitê de Equidade de Gênero e Raça vai reiniciar suas atividades nesta terça-feira. A diretoria de transição estabeleceu um compromisso com o fim do assédio moral e lançou as bases de uma campanha em prol da saúde mental dos empregados. No jornalismo, foram realizadas coberturas sobre as investigações dos atos golpistas e sobre os direitos dos povos indígenas, da população negra e da comunidade LGBTQIA+. (AGÊNCIA BRASIL, 2023)

Menos de um mês depois, em 14 de fevereiro, Lula anunciou Hélio Doyle como o novo presidente da EBC. Hélio tem experiência na imprensa, tendo trabalhado como repórter, editor e chefe de redação em veículos como Correio Braziliense, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Rede Globo, e outros. Além disso, foi professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) por 28 anos.

Hélio conduziu a venda de imóveis sem uso da EBC, defendeu o combate às *fake news*, lançou uma nova identidade visual para os veículos da empresa e trabalhou para restabelecer a separação entre os canais de TV público e estatal, que haviam sido unificados no governo anterior. No entanto, vários segmentos internos à EBC e também do governo se mostravam insatisfeitos com o pouco tempo do então presidente no cargo.

No caso dos funcionários, o clima era de que o dirigente não valorizava o quadro de pessoal da empresa, corroborado inclusive por declarações públicas de que a lógica do serviço público não seria compatível com o trabalho de comunicação em uma empresa pública¹⁰. Em relação ao governo, Doyle também mencionava publicamente a dificuldade de se fazer comunicação pública, e não governamental¹¹. O estopim para o desligamento do jornalista, que veio a pedido, foi uma publicação no X (antigo Twitter) sobre Israel, que gerou grande repercussão por contrariar a posição do governo de não acirrar as tensões do conflito com a Palestina.

No final de outubro, Jean Lima assumiu a presidência da EBC. Além de já ter sido filiado ao Partido dos Trabalhadores, Lima é Doutor em História Econômica e mestre em História Social, foi coordenador adjunto de Articulação Intergovernamental, coordenador executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal (DF) e secretário-adjunto de governo na Secretaria de Governo do DF. Um dos marcos da presidência de Jean, foi a criação de um Grupo de Trabalho (GT) voltado para debater a participação social na comunicação pública. Além disso, outro cargo da chamada alta cúpula da Empresa, o de superintendente de Comunicação Digital e Mídias Sociais, foi ocupado por Nicole Briones, que trabalhou diretamente com o presidente Lula entre 2017 e 2021.

Do ponto de vista institucional, a mudança organizacional mais “celebrada” pela EBC em 2023 foi a nova identidade visual, divulgada em agosto. Em julho, o Canal Gov foi relançado, demarcando o retorno da separação entre o veículo responsável pela comunicação estatal e os demais veículos da EBC, em especial da TV Brasil. Apesar de algumas mudanças anunciadas para valorizar o cinema nacional e o jornalismo público e independente (EBC, 2023), a gestão da empresa recorreu à velha fórmula de contratar nomes conhecidos de emissoras comerciais ou com projeção nacional para a apresentação de programas, sem contrapartidas significativas, por exemplo, para o quadro de funcionários concursados.

Considerações finais

Foi observado na pesquisa, que a radiodifusão pública no Brasil, e, por consequência, a EBC, ainda opera sob um sistema que privilegia a radiodifusão comercial, enquanto permanece fortemente dependente do governo tanto econômica quanto politicamente. Essa questão, embora recorrente nos estudos da Economia Política da Comunicação (EPC), continua sendo relevante para o entendimento das fragilidades do sistema de comunicação pública no país. Permanece, em muitos casos, a confusão entre comunicação pública e estatal, enfraquecendo o papel que a EBC deveria desempenhar como uma instituição de interesse público, com autonomia em relação ao governo. Não se viu ao longo deste primeiro ano ações mais imediatas e efetivas em relação ao fortalecimento da missão pública da empresa. Os movimentos adotados ainda são sutis, como mudança na identidade visual da EBC, separação dos canais estatais (Canal Gov) da TV Brasil, inclusão de alguns programas na grade. No entanto, a realidade política-institucional ainda padece da independência política necessária ao exercício da comunicação pública, como demonstra a continuidade do vínculo com a Casa Civil; o

¹⁰ Conferir: <https://fenaj.org.br/presidente-da-ebc-volta-a-atacar-trabalhadores-as-da-empresa/>

¹¹ Ver: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/parte-do-governo-lula-nao-entende-tv-publica-diz-presidente-da-ebc>.

fortalecimento das equipes de cobertura governamental e a fragilidade no cargo de diretor-presidente.

Por outro lado, a criação do Grupo de Trabalho (GT) foi um passo importante para discutir soluções que reafirmam a EBC como uma verdadeira emissora pública. Entre as recomendações propostas pelo GT, destacam-se a apresentação de um pacote de medidas voltado ao fortalecimento da comunicação pública e comunitária, que inclui: a expansão do sistema público de comunicação, maior autonomia em relação ao governo e ao mercado, além da definição de fontes de financiamento estáveis; a retomada de editais para a implantação de emissoras de rádio em institutos federais e universidades públicas; o fortalecimento da estrutura pública da EBC, com uma discussão sobre sua vinculação funcional e a separação clara entre público e estatal; e a vinculação da EBC no Ministério das Comunicações e não na Casa Civil, como está atualmente.

Outras recomendações incluem a criação de novos Planos Nacionais de Outorgas (PNOs) para a radiodifusão comunitária e educativa; a reserva de canais de rádio e TV para o sistema público; a simplificação da regulação para a radiodifusão comunitária; a revisão do decreto que proíbe a contratação de comunicadores; e a retirada da EBC do Plano Nacional de Desestatização. Também foi sugerida a criação de um colegiado de participação social, como a Comissão Temática de Radiodifusão Educativa e Comunitária. Se essas ações forem implementadas, elas poderão restabelecer o papel original da EBC e fortalecer a comunicação pública no Brasil, tornando-a mais independente e comprometida com os interesses da sociedade.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Hélio Doyle é nomeado novo presidente da EBC**. Brasília, 14 fev. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-02/helio-doyle-e-nomeado-novo-presidente-da-ebc>. Acesso em: 30 nov. 2024.

ALMEIDA, Vitor Pereira de; COUTINHO, Iluska Maria da Silva. A história da TV Brasil encontrando a saúde: um estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 11., 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2017. Disponível em: [\[https://drive.google.com/file/d/1Nu1s3sKmtJl0Z7TgC2wezAlamlpxqwJr/view\]](https://drive.google.com/file/d/1Nu1s3sKmtJl0Z7TgC2wezAlamlpxqwJr/view). Acesso em: 30 nov. 2024.

BECERRA, Martín; WAISBORD, Silvio. Principios y “buenas prácticas” para los medios públicos en América Latina. **Cuadernos de Discusión de Comunicación e información**, Montevideo, v. 3, n. 20, p. 7-23, 2015.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. A reforma do modelo brasileiro de regulação das comunicações em perspectiva histórica. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 17, 67-95, 2004. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/131>

BRITTOS, Valério Cruz. **Estudos culturais, economia política da comunicação e o mercado brasileiro de televisão**. Compilación de César Bolaño. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2022. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/169339/1/Estudios-culturais.pdf>

CARVALHO, Mariana Martins de ; OLIVEIRA, Gisele Pimenta de . Por que (ainda) precisamos falar de comunicação pública. In: Jonas Valente. (Org.). **Cadernos de conjuntura das comunicações LaPCom - Ulepicc-Brasil 2021**: pandemia, liberdade de expressão e polêmicas regulatórias na comunicação eletrônica. 1ed. São Cristóvão: Ulepicc Brasil, 2021, v. 1, p. 35-54.

CARVALHO, M. M.; VERRI, F.; OLIVEIRA, G. P. JORNALISMO PÚBLICO EM TEMPOS DE CRISE: cobertura das eleições presidenciais de 2018 pela Agência Brasil (ABR/EBC). **Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 22, n. 3, p. 53-82, 2 dez. 2020.

ESCH, Carlos Eduardo Machado da Costa; BIANCO, Nelia Rodrigues del. Radiodifusão pública brasileira: o desafio de conquistar credibilidade e representatividade social. **Mediapolis**: revista de comunicação, jornalismo e espaço público, Coimbra, n. 2, p. 115-131, 2016.

Empresa Brasil de Comunicação (EBC). **EBC apresenta nova marca e identidade visual de seus veículos**. Brasília, DF, 01 ago. 2023. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/imprensa/2023/ebc-apresenta-nova-marca-e-identidade-visual-de-seus-veiculos>. Acesso em: 04 nov. 2024.

OLIVEIRA, Gisele Pimenta de. A radiodifusão pública sob a ótica da mídia comercial: construções argumentativas sobre a EBC. In: Encontro Anual da Compolítica, 2019, Brasília. **Anais**. Brasília: Universidade de Brasília, 2019. p. 1-16. Disponível em: https://compolitica.org/novo/anais/2019_gt3_Oliveira.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.

OLIVEIRA, Gisele Pimenta de; DEL BIANCO, Nelia Rodrigues. A mídia comercial e a legitimidade da mídia pública: uma análise temática dos editoriais sobre a EBC. *Compolítica*, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 109–138, 2020. DOI: 10.21878/compolitica.2020.10.3.358. Disponível em: [https://revista.compolitica.org/index.php/revista/article/view/358]. Acesso em: 30 nov. 2024.

PINHEIRO, Elton Bruno; BEZERRA, R. M. C. S. . A Nova TV Brasil é pública? Uma análise de conteúdo da programação jornalística da emissora da EBC. **REVISTA ABTU**, v. 7, p. 51-63, 2020.

PINHEIRO, Elton Bruno; PAULINO, F. O. ; NICOLETTI, J. . Comunicação e Democracia no Brasil: pandemia, violência contra jornalistas, EBC em perigo e resistências. In: Jonas C L Valente. (Org.). **Cadernos de conjuntura das comunicações LaPCom-Ulepicc-Brasil 2021**: pandemia, liberdade de expressão e polêmicas regulatórias na comunicação eletrônica. 1ed.São Cristóvão: ULEPICC-Brasil, 2021, v. 1, p. 1-192.

TV BRASIL. **4 anos da EBC - Empresa Brasil de Comunicação**. [S. l.]: YouTube, 8 dez. 2011. 1 vídeo (14 min 53 s). Disponível em: <https://youtu.be/QzMhW2oHLtY?si=4KXAPDHF6QNE6C8O>. Acesso em: 30 nov. 2024.

UNESCO. **Radiotelevisión de servicio público**: un manual de mejores prácticas. San José: Oficina de la UNESCO para América Central, 2006. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000141584_spa.